

Desigualdades educacionais, justiça social e reconfigurações contemporâneas das políticas públicas

Educational inequalities, social justice and contemporary reconfigurations of public policies

Marco Aurélio da Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente as desigualdades educacionais no Brasil contemporâneo, articulando-as às dimensões de justiça social e às reconfigurações das políticas públicas educacionais. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de natureza interpretativo-crítica, fundamentada em revisão sistemática da literatura recente e análise documental de dados e relatórios de organismos nacionais e internacionais, como IBGE, Inep e Unesco. Os resultados evidenciam que, apesar da ampliação do acesso à escolarização, persistem desigualdades estruturais marcadas por fatores socioeconômicos, raciais, territoriais e de gênero, que condicionam o acesso, a permanência e o sucesso escolar. A análise demonstra ainda que políticas públicas focalizadas apresentam efeitos limitados diante da complexidade dessas desigualdades, exigindo abordagens integradas que articulem redistribuição de recursos, reconhecimento da diversidade e fortalecimento da escola como espaço de formação crítica. Conclui-se que a superação das desigualdades educacionais depende de uma reorientação das políticas educacionais e das práticas pedagógicas, ancorada em princípios de equidade, justiça social e compromisso com a emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: desigualdades educacionais; justiça social; políticas públicas educacionais; equidade educacional; educação crítica.

¹ Doutorando em Extensão Rural Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Cruz do Sul/RS. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Cruz do Sul/RS. Mestre em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul/RS. E-mail: marcoaurelio22000@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7358-5814>.

ABSTRACT

This article aims to critically analyze educational inequalities in contemporary Brazil, articulating them with the dimensions of social justice and the reconfigurations of public educational policies. Methodologically, it adopts a qualitative approach of an interpretative-critical nature, based on a systematic literature review and documentary analysis of data and reports from national and international institutions such as IBGE, Inep and Unesco. The findings reveal that, despite the expansion of access to schooling, structural inequalities persist, shaped by socioeconomic, racial, territorial, and gender factors that influence access, retention, and academic success. The study also demonstrates that targeted public policies have limited effects in addressing the complexity of these inequalities, highlighting the need for integrated approaches that combine resource redistribution, recognition of diversity, and the strengthening of schools as spaces for critical formation. It concludes that overcoming educational inequalities requires a reorientation of educational policies and pedagogical practices, grounded in principles of equity, social justice, and commitment to social emancipation.

Keywords: educational inequalities; social justice; educational public policies; educational equity; critical education.

1 INTRODUÇÃO

A educação configura-se, no âmbito das sociedades contemporâneas, como um direito humano universal inalienável e um vetor estrutural para o desenvolvimento humano integral. No Brasil, esse imperativo normativo encontra respaldo explícito no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, orientada ao desenvolvimento pleno da pessoa, à sua qualificação para o trabalho e ao exercício da cidadania (Brasil, 1988). A materialização dessa garantia constitucional pressupõe não apenas a formulação de políticas públicas robustas, mas também a construção de práticas educativas que promovam a equidade de oportunidades e a inclusão social, como condição *sine qua non* para a efetivação da justiça social (Torres et al., 2020; Unesco, 2025).

Na literatura contemporânea, a educação é concebida como um meio de redução das desigualdades sociais e de promoção do desenvolvimento sustentável (Unesco, 2020; Bruner, 2001; Lichand, 2024). Ao colocar a educação no centro das discussões sobre equidade e desenvolvimento, estudos recentes ressaltam sua importância não apenas como mecanismo de transmissão de conhecimentos, mas como processo sociopolítico que influencia a distribuição de capital social, cultural e econômico em contextos marcados por profundas assimetrias estruturais (Bengtsson; Oliveira, 2021; Lichand et al., 2024).

Autores da perspectiva crítica contemporânea argumentam que a educação deve ser compreendida como um campo de luta simbólica e material, em que práticas e políticas educativas podem tanto reproduzir como contestar as desigualdades sociais (Hayes; Fernandes, 2019; Santos; Souza, 2022). Conforme Freire (1996/2018), a educação emancipa-se quando transcende a lógica da mera instrução técnica e assume uma postura dialógica, crítica e participativa, capaz de capacitar os sujeitos para a transformação de suas condições de vida e de inserção sociopolítica. A educação crítica, assim, articula o desenvolvimento de capacidades reflexivas com a emergência de sujeitos capazes de questionar e intervir nas estruturas de poder que moldam as relações sociais.

Apesar desses imperativos normativos e teóricos, as desigualdades educacionais persistem de forma expressiva no Brasil, refletindo as profundas disparidades socioeconômicas e demográficas que caracterizam o país. Segundo dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) divulgada pelo IBGE em

2025, a taxa de analfabetismo da população brasileira com 15 anos ou mais situou-se em 5,3% em 2024, ainda que represente o menor índice desde o início da série histórica em 2016. Em termos absolutos, esse contingente corresponde a aproximadamente 9,1 milhões de pessoas nessa condição, indicando avanços quantitativos concomitantes a persistentes desigualdades estruturais no acesso à escolarização básica e média (IBGE, 2025).

A análise desagregada por raça/cor evidencia disparidades significativas: pessoas negras ou pardas apresentam taxas de analfabetismo substancialmente superiores às da população branca (6,9% versus 3,1%, respectivamente); e, entre idosos, essa diferença chega a ser mais que o dobro (21,8% entre pretos/pardos contra 8,1% entre brancos). Essas assimetrias manifestam desigualdades interseccionais que atravessam não apenas a escolaridade, mas também as oportunidades de participação plena em mercados de trabalho formal e em instâncias de cidadania plena (OECD, 2025).

Adicionalmente, a proporção de indivíduos com 25 anos ou mais que concluíram pelo menos o ensino médio alcançou 56% em 2024, o maior percentual da série histórica, embora essa conquista esteja inequivocamente associada a diferenças por gênero e raça/cor: mulheres tendem a apresentar níveis médios de escolaridade superiores aos dos homens e, simultaneamente, a população branca detém um maior percentual de conclusão da educação básica em comparação à população negra ou parda (IBGE, 2025).

A compreensão dessas desigualdades educacionais exige, por sua vez, a articulação com discussões sobre cultura, identidade e o papel da escola. Inspirando-se em Bourdieu (2007) e em discussões contemporâneas sobre capital cultural e reprodução social, a escola pode funcionar tanto como um mecanismo de reprodução das hierarquias sociais quanto como um espaço potencial de contestação das assimetrias sociais, dependendo das práticas pedagógicas, das epistemologias dominantes e das políticas educativas adotadas (Bourdieu; Passeron, 1992; Silva, 2021). Nesse sentido, a identidade social dos estudantes é continuamente moldada por interações simbólicas e institucionais que podem reforçar ou desafiar as desigualdades preexistentes, confluindo para resultados educacionais diferenciados, conforme as condições de origem social.

Diante desse cenário complexo, o presente artigo propõe uma análise crítica das desigualdades sociais no acesso à educação de qualidade no Brasil, focalizando as disparidades regionais, de raça/cor e gênero, bem como os determinantes socioeconômicos

que limitam as oportunidades educacionais para grupos historicamente marginalizados. Além disso, busca compreender o papel da escola na formação de identidades sociais e nas trajetórias educacionais, discutindo como práticas pedagógicas e políticas públicas podem reproduzir ou mitigar processos de exclusão e reprodução social.

2 METODOLOGIA

O presente estudo orienta-se por uma abordagem qualitativa de natureza interpretativa-crítica, adequada à investigação de fenômenos educacionais atravessados por múltiplas determinações sociais, culturais, históricas e simbólicas. Tal perspectiva metodológica mostra-se particularmente pertinente quando o objetivo analítico consiste em apreender sentidos, discursos, processos e relações sociais que não podem ser reduzidos a variáveis mensuráveis, exigindo uma leitura densa e contextualizada das dinâmicas sociais e institucionais que estruturam o acesso à educação e à constituição das identidades sociais (Denzin; Lincoln, 2018; Flick, 2018; Minayo, 2014).

Nesse enquadramento, o artigo desenvolve uma análise sistemática da literatura articulada a uma revisão crítica estruturada, compreendendo a educação como um fenômeno social complexo, historicamente situado e permeado por disputas de poder, produção de sentidos e projetos societários em tensão. A opção metodológica privilegia, portanto, a análise aprofundada e reflexiva de produções acadêmicas e documentos institucionais, permitindo compreender como as desigualdades educacionais são produzidas, legitimadas e, em determinados contextos, tensionadas por políticas públicas e práticas pedagógicas (Ball, 2017; Apple, 2020).

A investigação foi estruturada, em um primeiro momento, por meio de uma revisão sistemática e crítica da literatura, concebida não apenas como levantamento bibliográfico, mas como um processo rigoroso de seleção, organização e interpretação do conhecimento científico disponível. Foram contemplados artigos científicos, livros, teses, dissertações e relatórios técnicos produzidos por organismos nacionais e internacionais, com destaque para publicações da Unesco, Unicef e OCDE. Essa etapa teve como finalidade mapear o estado da arte sobre desigualdade social e educação, identificar marcos teóricos contemporâneos e

evidenciar lacunas analíticas e metodológicas ainda pouco exploradas (Snyder, 2019; Booth; Sutton; Papaioannou, 2021).

A constituição do corpus bibliográfico seguiu critérios sistemáticos e explícitos de inclusão e exclusão, sendo operacionalizada por meio de buscas em bases de dados reconhecidas internacionalmente, como SciELO, JSTOR, Web of Science e Google Scholar. Foram priorizados estudos publicados a partir de 2018, em língua portuguesa, inglesa e espanhola, que apresentassem aderência temática, consistência teórico-metodológica e relevância empírica para a análise das desigualdades educacionais. Os materiais selecionados foram organizados em categorias analíticas emergentes, tais como desigualdades sociais e educacionais, escola e produção de identidades, políticas públicas educacionais e justiça social, permitindo uma revisão crítica estruturada, orientada pela articulação entre diferentes matrizes teóricas.

Cada categoria foi examinada de forma relacional e transversal, possibilitando a construção de uma interpretação integrada do fenômeno investigado. Esse procedimento analítico permitiu não apenas compreender os efeitos das desigualdades no acesso e na permanência escolar, mas também identificar os mecanismos simbólicos e institucionais que contribuem para sua reprodução ou enfrentamento (Fraser, 1997; Young, 2020; Silva; Gomes, 2022).

De forma complementar, o estudo incorporou a análise documental como estratégia metodológica central, possibilitando a triangulação entre evidências empíricas e referenciais teóricos. Foram examinados dados e relatórios de instituições oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), bem como documentos normativos, diretrizes curriculares, planos educacionais e relatórios de avaliação de políticas públicas. Essa escolha metodológica fundamenta-se na capacidade da análise documental de revelar dimensões estruturais e institucionais das políticas educacionais, fortalecendo a validade analítica da investigação (Bowen, 2009; Cellard, 2008).

O tratamento dos documentos seguiu um protocolo sistemático, envolvendo leitura exploratória, identificação de unidades de sentido, categorização temática e interpretação crítica. A análise concentrou-se na identificação de barreiras estruturais, econômicas, territoriais e simbólicas que limitam o acesso à educação de qualidade por grupos

historicamente marginalizados, bem como nas estratégias institucionais formuladas para o enfrentamento dessas desigualdades.

A análise documental foi aprofundada por meio de uma abordagem crítico-discursiva, orientada pela análise dos discursos institucionais e das racionalidades subjacentes às políticas educacionais. Foram examinadas as narrativas produzidas por diferentes atores sociais, como o Estado, organismos multilaterais e movimentos sociais, buscando evidenciar convergências, tensões, silenciamentos e contradições nas formas de compreender e enfrentar as desigualdades educacionais. Essa abordagem permitiu problematizar os limites das políticas vigentes e apontar possibilidades analíticas e políticas para a construção de uma educação mais equitativa e socialmente referenciada (Fairclough, 2010; Ball, 2017).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A problemática das desigualdades sociais associadas ao acesso, à permanência e aos resultados educacionais constitui um dos eixos centrais das análises contemporâneas no campo da sociologia da educação, da economia política e das políticas públicas educacionais. A literatura recente tem enfatizado que os sistemas educacionais não podem ser compreendidos como instâncias neutras de distribuição de oportunidades, mas como arenas atravessadas por disputas simbólicas, materiais e políticas que refletem e, muitas vezes, aprofundam assimetrias estruturais existentes na sociedade (Apple, 2019; Ball, 2017; Fraser, 1997).

Estudos atuais apontam que a educação opera simultaneamente como mecanismo de reprodução social e como potencial espaço de contestação das desigualdades, a depender das configurações institucionais, das orientações curriculares e das práticas pedagógicas predominantes (Silva; Gentili, 2020; Dale; Robertson, 2021). Nesse sentido, a herança teórica de Bourdieu permanece fundamental para compreender como os sistemas escolares contribuem para a manutenção das hierarquias sociais, ainda que suas categorias analíticas tenham sido amplamente revisitadas e atualizadas por autores contemporâneos.

A teoria bourdieusiana da reprodução social, relida à luz de debates recentes, permite compreender a escola como um espaço privilegiado de legitimação das desigualdades por meio da valorização seletiva de determinados saberes, disposições e formas de expressão

cultural. O conceito de capital cultural, entendido como o conjunto de competências linguísticas, cognitivas e simbólicas socialmente reconhecidas como legítimas, permanece central para explicar por que estudantes oriundos de grupos socialmente favorecidos tendem a apresentar trajetórias escolares mais exitosas (Lareau, 2011; Reay, 2017). Ao naturalizar essas competências como expressão de mérito individual, o sistema educacional contribui para mascarar as condições sociais desiguais que estruturam o desempenho escolar.

Nesse processo, a escola atua como um espaço de exercício daquilo que Bourdieu denominou violência simbólica, conceito amplamente retomado e atualizado por pesquisas recentes para explicar os modos sutis pelos quais a dominação social é reproduzida no cotidiano escolar (Waquant, 2019; Silva, 2021). A violência simbólica manifesta-se quando os critérios de avaliação, os currículos e as práticas pedagógicas são apresentados como universais e neutros, ao mesmo tempo em que refletem os valores, os gostos e os modos de vida das classes dominantes. Tal mecanismo produz a adesão dos grupos dominados às regras do jogo escolar, mesmo quando essas regras operam contra seus próprios interesses.

Releituras contemporâneas de Bourdieu destacam que a violência simbólica não se impõe por coerção direta, mas por meio da internalização de esquemas de percepção e julgamento que levam os indivíduos a reconhecerem como legítima a ordem social existente (Boltanski; Chiapello, 2018; Thompson, 2020). No campo educacional, isso se traduz na responsabilização individual pelo fracasso escolar, frequentemente atribuído à falta de esforço, talento ou disciplina dos estudantes, ocultando as determinações estruturais que condicionam as oportunidades educacionais.

Pesquisas recentes evidenciam que estudantes provenientes de contextos socialmente vulneráveis tendem a vivenciar processos sistemáticos de desvalorização simbólica de seus saberes, linguagens e referências culturais, o que contribui para o afastamento progressivo da escola e para a intensificação das desigualdades educacionais (Reay, 2017; Nogueira; Romanelli, 2022). A escola, ao privilegiar determinados códigos culturais, acaba por reforçar uma lógica meritocrática excludente, na qual o sucesso escolar aparece como resultado exclusivo de competências individuais, e não como expressão de condições sociais historicamente desiguais.

Em diálogo crítico com essa perspectiva, a pedagogia freireana, revisitada por autores contemporâneos, oferece uma chave analítica alternativa ao enfatizar o caráter político e

emancipatório da educação. Releituras atuais de Paulo Freire destacam que sua contribuição permanece atual diante do avanço de políticas educacionais tecnocráticas e gerencialistas, que tendem a reduzir a educação a indicadores de desempenho e eficiência (Giroux, 2020; Dardot; Laval, 2016). Segundo Freire, a educação deve ser compreendida como prática de liberdade, orientada para o desenvolvimento da consciência crítica e para a transformação das condições de opressão vivenciadas pelos sujeitos.

A crítica freireana à chamada educação bancária mantém plena relevância no contexto contemporâneo, marcado pela padronização curricular e pela centralidade de avaliações em larga escala. Autores recentes argumentam que tais dispositivos reforçam relações verticais de poder e limitam a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento, contribuindo para a reprodução das desigualdades educacionais (Apple, 2019; Giroux, 2020). Em contraposição, a pedagogia crítica defende práticas educativas dialógicas, contextualizadas e socialmente comprometidas, capazes de reconhecer os saberes populares e promover processos formativos orientados para a justiça social.

A discussão sobre desigualdade educacional articula-se, ainda, com os debates contemporâneos acerca da formação das identidades sociais no contexto escolar. Inspirados em Stuart Hall, autores recentes compreendem a identidade como uma construção histórica, relacional e dinâmica, atravessada por marcadores como classe, raça, gênero e território (Hall; Du Gay, 1996; Silva, 2021). A escola desempenha papel central nesse processo ao funcionar como espaço de produção de sentidos, pertencimentos e exclusões simbólicas.

Estudos atuais indicam que as instituições escolares podem tanto reforçar estigmas e hierarquias identitárias quanto constituir espaços de reconhecimento da diversidade cultural e de valorização de trajetórias plurais (Candau, 2014; Walsh, 2018). Nesse sentido, a incorporação de perspectivas interculturais, decoloniais e antirracistas no currículo e nas práticas pedagógicas emerge como elemento fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais e para a construção de uma educação socialmente referenciada.

O referencial teórico adotado neste estudo articula contribuições da sociologia crítica da educação, da pedagogia crítica e dos estudos culturais contemporâneos, permitindo compreender a educação como um campo de disputas no qual se confrontam projetos de reprodução e de transformação social. Ao integrar essas perspectivas, busca-se analisar como

as desigualdades educacionais são produzidas, legitimadas e, simultaneamente, tensionadas no interior das instituições escolares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados desta investigação, sustentados por uma análise sistemática da literatura articulada a uma revisão crítica estruturada, evidenciam que as desigualdades educacionais no Brasil contemporâneo não se configuram como fenômenos isolados ou conjunturais, mas como expressões estruturais de um sistema social profundamente marcado por assimetrias históricas. A análise integrada das evidências demonstra que fatores como renda familiar, inserção territorial, raça, gênero e classe social operam de forma interdependente, constituindo um complexo sistema de condicionantes que restringe não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e o êxito escolar. Tais determinantes produzem efeitos cumulativos ao longo das trajetórias educacionais, contribuindo para a reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão social, conforme evidenciado por estudos contemporâneos (Therborn, 2013; Atkinson, 2015). Nesse sentido, a educação deixa de ser apenas um mecanismo de mobilidade social para assumir, paradoxalmente, um papel ambivalente, podendo tanto reproduzir quanto tensionar as desigualdades existentes.

A revisão crítica estruturada evidencia que essas desigualdades tornam-se ainda mais complexas quando analisadas a partir de uma perspectiva interseccional, que permite apreender a sobreposição e a intensificação de múltiplas formas de opressão. A articulação entre raça, gênero e território revela que determinados grupos sociais, especialmente mulheres negras residentes em áreas periféricas e rurais, enfrentam barreiras significativamente mais intensas no acesso à educação de qualidade, bem como na permanência e no desempenho escolar (Crenshaw, 2019; Collins; Bilge, 2020). A análise sistemática dos dados do IBGE e do Inep confirma que tais grupos apresentam trajetórias educacionais mais instáveis, maiores índices de evasão e menores níveis de escolarização, o que evidencia a persistência de padrões estruturais de exclusão. Essa constatação reforça a crítica à universalidade abstrata das políticas educacionais, indicando que abordagens homogêneas tendem a invisibilizar desigualdades concretas e, conseqüentemente, a reproduzi-las no interior dos sistemas educacionais.

Outro eixo central identificado na análise refere-se ao aprofundamento das desigualdades educacionais no contexto da pandemia de COVID-19, que funcionou como um dispositivo revelador das fragilidades estruturais do sistema educacional brasileiro. A transição abrupta para o ensino remoto emergencial evidenciou que o acesso à educação passou a depender de condições materiais e simbólicas desigualmente distribuídas, tais como acesso a equipamentos digitais, conectividade à internet e disponibilidade de ambientes adequados para estudo. Relatórios recentes indicam que milhões de estudantes foram parcial ou totalmente excluídos das atividades escolares durante esse período, especialmente em regiões periféricas e rurais (Unicef, 2021; OECD, 2022). A análise sistemática desses dados permite compreender que a pandemia não apenas intensificou desigualdades preexistentes, mas também expôs a ausência de políticas estruturantes capazes de garantir o direito à educação em contextos de crise.

A literatura contemporânea, conforme evidenciado na revisão crítica, denomina esse fenômeno como divisão digital educacional, destacando que a exclusão tecnológica não se limita à ausência de infraestrutura, mas envolve dimensões mais amplas relacionadas ao capital cultural, ao letramento digital e às condições sociais de apropriação das tecnologias (Van Dijk, 2020; Selwyn, 2022). Nesse sentido, o acesso desigual às tecnologias digitais configura-se como uma nova fronteira das desigualdades educacionais, ampliando a distância entre grupos sociais e reforçando a necessidade de políticas públicas que articulem inclusão digital, formação docente e inovação pedagógica.

No que se refere às políticas públicas, a análise sistemática e a revisão crítica estruturada evidenciam que programas de transferência de renda e incentivo à frequência escolar desempenham papel relevante na ampliação do acesso à educação básica, mas apresentam limites significativos no enfrentamento das desigualdades estruturais. Tais políticas tendem a produzir efeitos mais visíveis no curto prazo, especialmente no aumento das matrículas, mas mostram-se insuficientes para alterar as condições socioeconômicas e culturais que condicionam as trajetórias escolares dos estudantes em situação de vulnerabilidade (Lavinias, 2019; Pereira; Carvalho, 2021). Dados do Inep (2022) reforçam essa análise ao demonstrar que, apesar da ampliação do acesso, persistem elevadas taxas de evasão e baixos índices de conclusão no ensino médio, particularmente entre estudantes de baixa renda e residentes em contextos rurais.

Essa constatação permite avançar em uma crítica mais estrutural às políticas educacionais contemporâneas, marcadas por uma lógica compensatória e focalizada que privilegia o acesso em detrimento da permanência qualificada e da aprendizagem significativa. Ao não enfrentar os determinantes estruturais das desigualdades, tais políticas tendem a produzir uma inclusão formal, porém precária, na qual o ingresso no sistema educacional não se traduz necessariamente em sucesso escolar ou mobilidade social. Essa dinâmica revela a necessidade de superação de modelos fragmentados e a construção de políticas educacionais integradas, capazes de articular dimensões econômicas, sociais, culturais e pedagógicas.

A comparação internacional, incorporada na análise sistemática, reforça essa crítica ao evidenciar que países com sistemas educacionais mais equitativos adotam modelos baseados na universalidade, na redistribuição de recursos e no forte investimento público em educação. Estudos da OECD indicam que tais sistemas combinam políticas educacionais inclusivas com estratégias amplas de redução das desigualdades sociais, evidenciando a interdependência entre educação e bem-estar social (Esping-Andersen, 2019; Hickel, 2020). Esses modelos demonstram que a equidade educacional não pode ser alcançada por meio de intervenções pontuais, mas exige a construção de projetos societários comprometidos com a justiça social.

No plano pedagógico, a revisão crítica estruturada evidencia que a educação desempenha papel central na formação de sujeitos críticos e participativos, capazes de compreender e intervir nas dinâmicas sociais. A literatura contemporânea, inspirada na pedagogia crítica, destaca que a educação deve ultrapassar a dimensão instrumental e assumir um compromisso ético-político com a emancipação dos sujeitos (Giroux, 2020; Apple, 2019). No entanto, a persistência de práticas pedagógicas padronizadas, centradas em currículos rígidos e avaliações em larga escala, limita esse potencial, contribuindo para a reprodução de desigualdades e para o empobrecimento da experiência educativa.

Diante desse cenário, a análise aponta para a necessidade de uma ação prática estruturante, baseada na implementação de políticas educacionais integradas de base territorial. Essa proposta envolve a articulação entre escola, assistência social, políticas de inclusão digital e programas de formação docente crítica e continuada. Entre as ações prioritárias, destacam-se: a universalização do acesso à infraestrutura tecnológica; o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas e interculturais; a implementação

de estratégias de acompanhamento individualizado dos estudantes; e o fortalecimento da participação comunitária na gestão escolar. Evidências empíricas indicam que iniciativas que integram essas dimensões apresentam impactos positivos na redução da evasão e na melhoria das trajetórias escolares (Arretche, 2015; OECD, 2021).

A formação docente emerge como um eixo estratégico fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais. A revisão crítica evidencia que professores preparados para atuar em contextos marcados pela diversidade social e cultural tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas e socialmente comprometidas (Candau, 2014; Walsh, 2018; Freire, 2018). Nesse sentido, torna-se imprescindível reconfigurar as políticas de formação inicial e continuada, incorporando dimensões críticas, interculturais e de justiça social.

Os resultados, sustentados por uma análise sistemática e revisão crítica estruturada, indicam que a superação das desigualdades educacionais exige uma profunda reorientação das políticas públicas e das práticas pedagógicas. A educação, nesse horizonte, deve ser compreendida como um campo estratégico de disputa, no qual se confrontam projetos de reprodução e de transformação social. Sua reconfiguração como prática política comprometida com a equidade e a emancipação dos sujeitos constitui condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

4.1 Educação, justiça social e reconfiguração das desigualdades no capitalismo contemporâneo

A persistência das desigualdades educacionais no Brasil e em outros países periféricos evidencia que a educação, embora formalmente reconhecida como direito universal, permanece atravessada por condicionantes estruturais que limitam seu potencial emancipatório. Estudos recentes têm demonstrado que a ampliação do acesso à escolarização, por si só, não é suficiente para assegurar justiça educacional, uma vez que as desigualdades se reconfiguram no interior dos sistemas de ensino por meio de mecanismos sutis de exclusão, segmentação curricular e hierarquização institucional (Dubet, 2008; Reay, 2017). Nesse sentido, a discussão contemporânea desloca-se da mera universalização do acesso para a

problematização das condições concretas de permanência, aprendizagem significativa e reconhecimento das diferenças socioculturais.

A literatura crítica recente aponta que as desigualdades educacionais devem ser compreendidas como expressão de um regime mais amplo de desigualdade social, no qual educação, trabalho, território e raça se articulam de forma indissociável. Piketty (2020) sustenta que os sistemas educacionais tendem a reproduzir desigualdades quando inseridos em sociedades marcadas por alta concentração de renda e por políticas redistributivas frágeis. No contexto latino-americano, autores como Gentili (2019) e Laval (2021) ressaltam que a mercantilização da educação e a expansão de modelos gerencialistas aprofundam assimetrias históricas, ao subordinar o direito à educação a lógicas de eficiência econômica e competitividade.

As políticas públicas educacionais implementadas nas últimas décadas revelam avanços pontuais, mas também limites estruturais. Embora programas de transferência de renda condicionada e políticas de expansão da educação básica tenham contribuído para a redução de indicadores clássicos de exclusão, como o analfabetismo, persistem desigualdades significativas nos resultados educacionais, especialmente quando se consideram marcadores sociais como raça, gênero e território (Bourdieu; Passeron, 1992; Fraser, 1997; Collins; Bilge, 2020). Esses dados indicam que a equidade educacional exige políticas integradas, capazes de articular educação, proteção social, saúde e desenvolvimento territorial.

No debate contemporâneo, a noção de justiça social tem sido central para a redefinição dos objetivos das políticas educacionais. Fraser (1997) propõe uma concepção tridimensional de justiça, baseada no reconhecimento, na redistribuição e na representação, que se mostra particularmente fecunda para analisar a educação. Aplicada ao campo educacional, essa abordagem permite compreender que a superação das desigualdades não depende apenas da alocação de recursos, mas também do reconhecimento das identidades subalternizadas e da ampliação da participação democrática nos processos decisórios das instituições escolares.

A escola, nesse contexto, emerge como um espaço contraditório, simultaneamente atravessado por práticas de reprodução social e por potencialidades transformadoras. Pesquisas recentes indicam que práticas pedagógicas contextualizadas, dialógicas e culturalmente sensíveis podem mitigar os efeitos das desigualdades estruturais sobre o desempenho escolar (Apple, 2019; Zeichner, 2020). No entanto, tais práticas tendem a

permanecer periféricas quando não são sustentadas por políticas institucionais consistentes e por processos contínuos de formação docente crítica.

A formação de professores, aliás, constitui um eixo estratégico para o enfrentamento das desigualdades educacionais. Estudos contemporâneos enfatizam que a docência, em contextos marcados pela diversidade e pela desigualdade, exige competências que vão além do domínio técnico-pedagógico, incluindo a capacidade de leitura crítica da realidade social, o compromisso ético-político com a justiça social e a valorização dos saberes locais (Tardif, 2019; Nóvoa, 2009). A ausência dessas dimensões na formação inicial e continuada tende a reforçar práticas pedagógicas excludentes, ainda que involuntariamente.

Outro elemento central diz respeito ao papel das avaliações educacionais em larga escala. Embora frequentemente apresentadas como instrumentos neutros de aferição da qualidade, tais avaliações têm sido criticadas por reforçar padrões homogêneos de aprendizagem e por penalizar escolas e estudantes situados em contextos socioeconômicos desfavoráveis (Ravitch, 2020; Afonso, 2018). A centralidade desses mecanismos nas políticas educacionais contemporâneas contribui para a naturalização das desigualdades, ao deslocar o foco das condições estruturais para a responsabilização individual de alunos e professores.

A pandemia de COVID-19 aprofundou, de forma dramática, essas contradições, evidenciando a centralidade da educação como política social e, simultaneamente, sua vulnerabilidade às desigualdades preexistentes. Pesquisas recentes apontam que a exclusão digital, a precarização das condições de estudo e o enfraquecimento dos vínculos escolares afetaram, de maneira desproporcional, estudantes das classes populares, ampliando lacunas educacionais já existentes (Cunha; Silva, 2021; Unesco, 2022). Esse cenário reforça a necessidade de políticas educacionais orientadas por princípios de justiça social e solidariedade.

No plano internacional, experiências de sistemas educacionais mais equitativos demonstram que a redução das desigualdades está associada à combinação de forte investimento público, valorização do trabalho docente e políticas de inclusão social articuladas (OECD, 2021; Sahlberg, 2021). Tais experiências indicam que a equidade educacional não é resultado de ações isoladas, mas de projetos societários que reconhecem a educação como bem público e direito social inalienável.

A análise das desigualdades educacionais exige uma abordagem crítica e multidimensional, capaz de articular teoria social, evidências empíricas e compromisso político. A educação, quando orientada por princípios democráticos e emancipatórios, pode constituir um vetor fundamental de transformação social. Contudo, para que esse potencial se realize, é indispensável enfrentar as estruturas de desigualdade que atravessam a sociedade e o próprio sistema educacional, redefinindo o sentido das políticas públicas a partir de uma perspectiva de justiça social, inclusão e dignidade humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação, ancorada em uma análise sistemática da literatura, articulada a uma revisão crítica estruturada, permite sustentar que as desigualdades educacionais não se configuram como anomalias periféricas dos sistemas de ensino, mas como expressões constitutivas das dinâmicas sociais que regulam a produção e a distribuição de oportunidades nas sociedades contemporâneas. Em consonância com os objetivos delineados, o estudo evidenciou que, embora se registrem avanços no acesso à educação básica, tais conquistas revelam-se insuficientes quando dissociadas de estratégias capazes de incidir sobre os condicionantes históricos e estruturais que sustentam a exclusão educacional.

Os resultados analisados indicam que a desigualdade educacional assume caráter multidimensional e interseccional, sendo atravessada por marcadores sociais como classe, raça, gênero e território. Tal constatação, já antecipada no enquadramento teórico-metodológico, reforça a limitação de abordagens universalistas abstratas que, ao homogeneizarem sujeitos, acabam por obscurecer desigualdades concretas. Nessa direção, a revisão crítica estruturada demonstrou que políticas educacionais descoladas das condições efetivas de vida produzem efeitos restritos, incapazes de alterar de modo substantivo trajetórias escolares marcadas pela vulnerabilidade social.

No que concerne às transformações recentes, a análise empreendida evidenciou que a pandemia de COVID-19 atuou como vetor de intensificação das desigualdades, ao explicitar a centralidade das condições materiais, tecnológicas e simbólicas no acesso à educação. A ampliação da divisão digital educacional indicou que o direito à escolarização, no cenário contemporâneo, encontra-se profundamente condicionado por fatores extraescolares, o que

reforça a necessidade de políticas públicas articuladas, que integrem educação, inclusão digital e proteção social.

No âmbito das políticas públicas, o diálogo entre os achados empíricos e o referencial teórico permitiu identificar limites significativos nas estratégias de caráter focalizado e compensatório, sobretudo naquelas orientadas prioritariamente pela expansão do acesso, em detrimento da permanência qualificada e da aprendizagem efetiva (Arretche, 2015; Atkinson, 2015; Therborn, 2013). A persistência de indicadores críticos, como evasão escolar e baixos níveis de conclusão do ensino médio, particularmente entre grupos socialmente vulnerabilizados, evidencia a urgência de reconfiguração das políticas educacionais em direção a modelos estruturantes, capazes de articular redistribuição de recursos, reconhecimento da diversidade e fortalecimento institucional da escola pública.

Sob o prisma teórico, a articulação entre a sociologia crítica da educação, a pedagogia crítica e as abordagens contemporâneas da justiça social possibilitou compreender a escola como um espaço tensionado entre lógicas de reprodução e potencialidades de transformação. Tal leitura dialoga diretamente com os resultados apresentados, que evidenciam tanto a persistência de práticas pedagógicas excludentes quanto o potencial de experiências educativas contextualizadas e dialógicas na construção de trajetórias mais equitativas.

Nesse contexto, a formação docente, já destacada como eixo estratégico ao longo da análise, reafirma-se como condição indispensável para a efetivação de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade. As evidências indicam que profissionais preparados para atuar em contextos de desigualdade e diversidade cultural tendem a mobilizar estratégias mais inclusivas, ao passo que a ausência de formação crítica contribui para a reprodução de hierarquias simbólicas e expectativas reduzidas no interior da escola.

Ademais, a comparação internacional incorporada ao percurso analítico reforça a compreensão de que a redução das desigualdades educacionais está intrinsecamente vinculada a projetos societários mais amplos, nos quais a educação é concebida como direito social e bem público. Sistemas mais equitativos são aqueles que conjugam investimento público consistente, políticas redistributivas robustas e compromisso com a justiça social, evidenciando que a equidade educacional não pode ser alcançada de forma isolada, mas depende de transformações estruturais mais abrangentes.

À luz dessas evidências, depreende-se que a superação das desigualdades educacionais requer uma reorientação profunda, tanto das políticas públicas quanto das práticas pedagógicas, em consonância com os achados da análise sistemática e da revisão crítica estruturada. Tal inflexão deve estar alicerçada em princípios de equidade, reconhecimento das diferenças e compromisso democrático, articulando dimensões educacionais, sociais e territoriais de maneira integrada.

O estudo reafirma que a educação, quando compreendida para além de sua dimensão instrumental, constitui-se como espaço estratégico de disputa e possibilidade de transformação social. Todavia, a materialização desse potencial exige o enfrentamento das estruturas históricas de desigualdade que atravessam tanto a sociedade quanto o sistema educacional, implicando a construção de políticas integradas e de práticas pedagógicas orientadas pela emancipação dos sujeitos e pela consolidação de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2018.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade: o que pode ser feito?** São Paulo: LeYa, 2015.
- BALL, Stephen J. **The education debate**. 3. ed. Bristol: Policy Press, 2017.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOOTH, Andrew; SUTTON, Anthea; CLOWES, Mark; MARTYN-ST JAMES, Marrison. **Systematic approaches to a successful literature review**. 3. ed. London: Sage, 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOWEN, Glenn A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009. DOI: 10.3316/QRJ0902027.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural e justiça social: questões, desafios e possibilidades. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 629-649, abr./jun. 2014.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **On intersectionality: essential writings**. New York: The New Press, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **The Sage handbook of qualitative research**. 5. ed. Los Angeles: Sage, 2018.

DUBET, François. **A escola das oportunidades: o que é uma escola justa?** São Paulo: Cortez, 2008.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: Polity Press, 1990.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. 2. ed. London: Routledge, 2010.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research**. 6. ed. London: Sage, 2018.

FRASER, Nancy. **Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition**. New York: Routledge, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIROUX, Henry A. **On critical pedagogy**. 2. ed. New York: Bloomsbury Academic, 2020.

- HALL, Stuart; DU GAY, Paul (ed.). **Questions of cultural identity**. London: Sage, 1996.
- HICKEL, Jason. **Less is more: how degrowth will save the world**. London: William Heinemann, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Educação 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022**. Brasília, DF: INEP, 2023.
- LAREAU, Annette. **Unequal childhoods: class, race, and family life**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education at a glance 2021: OECD indicators**. Paris: OECD Publishing, 2021.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education at a glance 2022: OECD indicators**. Paris: OECD Publishing, 2022.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education at a glance 2025: OECD indicators**. Paris: OECD Publishing, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>.
- PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- RAVITCH, Diane. **Slaying Goliath: the passionate resistance to privatization and the fight to save America's public schools**. New York: Alfred A. Knopf, 2020.
- REAY, Diane. **Miseducation: inequality, education and the working classes**. Bristol: Policy Press, 2017.
- SAHLBERG, Pasi. **Finnish lessons 3.0: what can the world learn from educational change in Finland?** New York: Teachers College Press, 2021.
- SELWYN, Neil. **Education and technology: key issues and debates**. 3. ed. London: Bloomsbury Academic, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2021.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 104, p. 333-339, 2019. DOI: 10.1016/j.jbusres.2019.07.039.

THERBORN, Göran. **The killing fields of inequality**. Cambridge: Polity Press, 2013.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **COVID-19 and children**. New York: UNICEF, 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Global citizenship education: topics and learning objectives**. Paris: UNESCO, 2015.

VAN DIJK, Jan. **The digital divide**. Cambridge: Polity Press, 2020.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y colonialidad del poder**. Quito: Abya-Yala, 2018.

Recebido em: **06/01/2026**

Aprovado em: **29/05/2026**